
Fincando tábua no chão: a viabilização da escola para Peixoto de Azevedo (1979-1985)

FOLLE, Eliamar Ferreira de¹; BENFICA, Tiago Alinor Hoissa²

RESUMO: O trabalho discorre sobre a implantação da primeira escola pública do município de Peixoto de Azevedo-MT e o seu funcionamento entre os anos de 1979 a 1985. Nesse período, o povoado era desassistido pelo estado em muitos setores, pois o núcleo urbano se iniciou na década de 1970. Para construir a escola, a comunidade se uniu em sistema de mutirão e construiu a escola *Arcanja Barbosa Ribeiro*, que funcionou inicialmente de forma improvisada. Após a institucionalização da escola, ela teve o nome alterado para Dezenove de Julho, porém a estrutura física não foi modificada. Os professores não tinham formação específica para a docência e a escola era pequena demais para o número de alunos, sempre crescente, refletindo a economia garimpeira do local que, apesar do ouro extraído, ali cintilava a pobreza. A violência e a falta de um poder disciplinador, visíveis no povoado, também são observadas na sala de aula, carente de capitais econômico e intelectual. Dessa forma, a gestão empreendeu práticas autoritárias, mas essas foram insuficientes para dirimir os conflitos. As fontes utilizadas foram obtidas em arquivos da escola Dezenove de Julho e entrevistas com ex-professores. Concluiu-se que a falta da assistência do Estado atuou para os problemas da escola se avolumar no cotidiano de ensino, o que refletia a forma desordenada de ocupação do próprio espaço urbano do município. Por outro lado, a história aqui narrada mostra o esforço imanente de uma comunidade na luta contra o analfabetismo em um ambiente bastante culturalmente violento.

Palavras-chave: História da educação; colonização de Mato Grosso; gestão escolar.

Digging the wood on the ground: the viabilization of the school for Peixoto de Azevedo (1979-1985)

ABSTRACT: The study deals with the implantation of the first public school in the municipality of Peixoto de Azevedo-MT and its operation between 1979 and 1985. During this period, the town was neglected by the State in many sectors, since the urban nucleus began in the 1970s. In order to build the school, the community joined forces and built the Arcanja Barbosa Ribeiro school, which initially operated on an improvised basis. After institutionalization of the school, it had the name changed to Dezenove de Julho, however the physical structure was not modified. The teachers did not have specific training for teaching and the school was too small for the ever increasing number of students, reflecting the local miner economy that, despite the gold extracted, glimpsed poverty. Violence and the lack of a disciplining power, visible in the village, are also observed in the classroom, lacking in economic and

¹ Licenciada em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2017). Professora da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, cidade de Peixoto de Azevedo-MT. E-mail: liafolle@gmail.com <orcid.org/0000-0003-0437-8249>.

² Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (2016). Bolsista CAPES. Professor da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso e da Universidade do Estado de Mato Grosso, cidade de Sinop-MT. E-mail: tiagoalinor@gmail.com <orcid.org/0000-0003-3059-0665>.

intellectual capital. In this way, the management undertook authoritarian practices, but these were insufficient to resolve the conflicts. The sources used were obtained from archives of the Dezenove de Julho school and interviews with former teachers. It was concluded that the lack of state assistance worked to the problems of the school to increase in the daily teaching, which reflected the disordered form of occupation of the urban space itself of the municipality. On the other hand, the story narrated here shows the immanent effort of a community in the fight against illiteracy in a very culturally violent environment.

Keywords: History of education; colonization of Mato Grosso; school management.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender o processo de implantação da primeira escola de Peixoto de Azevedo-MT, assim como identificar os professores e agentes políticos dessa trama. Nesse contexto, a história do município é marcada pela exploração do garimpo do ouro, elemento importante dessa história que também precisa ser contemplado, uma vez que era fator determinante da realidade das famílias e estudantes daquela localidade. A investigação tem como recorte temporal os anos de 1979 a 1985, momento em que o processo migratório atraía milhares de garimpeiros. Os migrantes que se destacaram eram oriundos da região Nordeste do Brasil, trabalhadores e trabalhadoras dos setores de serviços e empreendedores das áreas de comércio.

A metodologia da pesquisa foi trilhada inicialmente a partir da revisão bibliográfica, na qual se destacaram os autores Souza (2013), Castro (1993), Preti (1993). Em seguida foram realizadas pesquisas nos arquivos da *Escola Estadual Dezenove de Julho*, localizada na cidade de Peixoto de Azevedo, anteriormente denominada *Escola Arcanja Barbosa Ribeiro*, e entrevistas orais com ex-professores da primeira escola do município.

No período abordado, o povoado oferecia uma parca infraestrutura e não contava com administração política, o Estado era omissivo para muitas das necessidades sociais básicas, situação que era agravada pela ocupação irregular do núcleo urbano. Dessa forma, cabia à própria comunidade criar os meios para sanar as suas principais necessidades.

Este texto está dividido em três seções. A primeira contextualiza a situação política e econômica no Brasil, proporciona ao leitor uma mostra de como era o povoado de Peixoto de Azevedo e o modo como alguns moradores concebiam aquele lugar; a segunda parte aborda a forma improvisada e os esforços para

ensinar da primeira professora; a terceira seção apresenta a atuação da comunidade na construção da primeira escola de Peixoto de Azevedo e as dificuldades enfrentadas nesse período para a institucionalização da escola.

A OCUPAÇÃO NÃO-INDÍGENA NA REGIÃO NORTE DE MATO GROSSO

Durante a ditadura militar, o governo federal desenvolveu uma política de ocupação da Amazônia na qual o estado e a iniciativa privada coordenaram projetos de colonização. Essa medida buscava promover a exploração econômica da região, solucionar os conflitos agrários e expandir as fronteiras. Na esfera da infraestrutura regional, o ponto de partida foi a abertura de rodovias importantes como a Cuiabá-Santarém – esta é um trecho da BR 163 – e a Transamazônica, o que provocou um intenso fluxo migratório de trabalhadores para o norte de Mato Grosso (BARROZO, 2008).

Essas pessoas vinham em busca de terra e trabalho, procurando novas oportunidades para recomeçar a vida familiar de uma forma mais próspera. Muitos chegaram movidos por sonhos gerados pelas propagandas governamentais e empresariais, geralmente veiculadas por colonizadoras privadas ou campanhas publicitárias oficiais nos meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão. Também era comum que as pessoas tomassem conhecimento das “novas terras” e de baixo custo existentes em Mato Grosso a partir de notícias de migrantes já estabelecidos no norte do Estado. As “notícias encorajadoras” também convenciam os migrantes rapidamente porque eram propagadas por parentes e/ou amigos, que se colocavam como testemunhas das próprias experiências vividas em territórios mato-grossenses (SOUZA, 2013).

Nessa época, o mundo amazônico produzia perspectivas de melhorias materiais de vida e, por isso, os discursos e propagandas resultavam em efeitos de verdade. As ações governamentais se originaram no Programa de Integração Nacional/PIN³ que tinha por objetivo construir e implementar obras de infraestrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país. Contra um suposto perigo de “internacionalização” da Amazônia somavam-se os discursos de desenvolvimento e

3 O Programa de Integração Nacional (PIN) foi um programa de cunho geopolítico criado pelo governo civil-militar brasileiro por meio do Decreto-Lei nº 1106, de 16 de julho de 1970, assinado pelo então presidente general Emílio Garrastazu Médici.

progresso que prometiam respostas rápidas aos problemas das populações pobres, sobretudo as oriundas do flagelo das secas do Nordeste.

A ocupação dos chamados “vazios territoriais e demográficos”, como se não houvesse viventes nesses territórios – indígenas e posseiros –, compôs o enunciado da propaganda oficial: “integrar para não entregar”. Da mesma forma, ao definirem políticas para atrair pessoas, principalmente camponeses empobrecidos para ocupar o que foi denominado na época de “espaços vazios”, os governos criaram frentes de mão de obra que favoreceram a efetivação dos grandes projetos agropecuários, de exploração mineral e agroindustrial, o que, por sua vez, proporcionava lucros exorbitantes na especulação imobiliária. Esses projetos, de um lado, resultaram no enriquecimento dos empresários rurais do agronegócio, e de outro, a continuidade do estado de pobreza dos migrantes que sonhavam com a “terra prometida”, daqueles que serviam os que conseguiam “vencer na vida” (PRETI, 1993).

Com a criação dos núcleos de colonização, outro elemento resultante desses projetos público-privados, houve a fundação de cidades nas terras amazônicas e, com elas, o aumento populacional, o que gerou muitas outras demandas como, por exemplo, a necessidade de um comércio de abastecimento local, vias de transporte e políticas públicas como educação, saúde e segurança. Assim, os investimentos financeiros oriundos dos incentivos fiscais viabilizados pelos bancos oficiais financiaram os projetos de ocupação/exploração nessas regiões. Um desses projetos foi o Projeto de Assentamento Conjunto Peixoto de Azevedo/PAC⁴. O projeto seria executado através do sistema de cooperativas pela resolução nº 132 de 27 de agosto de 1979 (CASTRO, 1993; PRETI 1993).

O processo de ocupação das terras de Peixoto de Azevedo tomou rumo adverso da prancha dos planejadores com notícia de que a região era rica em metais preciosos, basicamente o ouro, o que atraiu em pouco tempo milhares de garimpeiros de outras localidades. Assim, houve uma ocupação desordenada do lugar e não foi possível a execução do projeto. Até mesmo muitos dos colonos que vieram do Sul do Brasil deixaram de desenvolver a agricultura e começaram a trabalhar nos garimpos da região.

⁴ Foi uma forma de colonização onde o governo federal, via Incra, e a iniciativa privada, via Cooperativas, buscou conduzir o processo de ocupação na região norte mato-grossense. O seu caráter foi o de possibilitar a ampliação do capital mantendo um desenvolvimento agrário conservador (PRETI, 1993).

Para tentar ordenar a ocupação caótica do vilarejo, no ano de 1983, instalou-se na região a Cooperativa Mista de Canarana, chamada para ajudar a regularização fundiária junto ao INCRA. O arquiteto Pedro Kist elaborou a planta da futura cidade de Peixoto de Azevedo. Então foi planejado e executado um trabalho neste intuito, por um grupo de pessoas representantes da sociedade de Peixoto, mas as marcas da ocupação não planejada são visíveis ainda na atualidade (CASTRO, 1993).

O Governo Federal ofereceu incentivos às colonizadoras que se responsabilizavam para desenvolver cidades que concentrariam a oferta de serviços e mercadorias para a população rural para as cidades menores ao seu entorno. Em contra partida, as colonizadoras deveriam construir uma infraestrutura básica como escolas, hospitais e etc., de modo que pudesse facilitar a vida das pessoas que estavam nesses locais.⁵

O município em questão, situado na região norte de Mato Grosso, era um pequeno povoado que pertencia ao município de Chapada dos Guimarães. No final da década de 1970, estavam sendo implantados vários projetos de colonização em regiões vizinhas e as notícias dos garimpos de ouro fizeram muitos colonos se deslocarem para o povoado que crescia perto do rio Peixoto de Azevedo.

Em fevereiro de 1979, o então agricultor e garimpeiro, Francisco Lopes da Silva, chegava ao povoado. Era um migrante de muita experiência extrativista, uma vez que “desde cedo” trabalhou com a extração aurífera em vários outros garimpos. Ao narrar suas memórias, ele contou sobre o funcionamento do povoado:

Quando eu cheguei isso aqui era tudo mato. Tinha no máximo uns 20 barracos, tudo de lona bem pequenininho. Você não precisava comprar um pedaço de chão, um terreno. Você chegava e perguntava no barraco vizinho: ei fulano, eu posso fazer um barraco aqui nesse lugar para mim? E o fulano respondia que sim. Daí tu enfiava uma estaca e abria a lona e ali era sua moradia. Tinha vez que a pessoa chegava e nem perguntava nada, fazia o barraco e passava para dentro e ninguém falava nada, porque ninguém se importava. Ninguém era dono de nada e não tinha ganância. Era um lugar pequeno. O lugar parecia um acampamento de sem-terra, os barracos eram daquele jeito. Até cabaré e farmácia era de lona. Não tinha energia e a gente topava com peão morto no meio da rua de terra solta. Nesse tempo tinha um povo lá do 9º BEC,⁶ eles

⁵ Para uma comparação entre a realidade de Peixoto de Azevedo, e a situação verificada em Sinop, Josiane Rohden (2016), a partir da monografia da sua dissertação de mestrado, narra a história da criação da primeira escola de Sinop, a Escola Estadual Nilza de Oliveira Pipino, que foi construída pela colonizadora e recebeu o apoio de uma instituição religiosa católica.

⁶ 9º Batalhão de Engenharia de Construção

ficavam antes do Rio Peixoto, eles que faziam a BR. Eles andavam ali no meio dos barracos de dia e de noite, mas não se importava com garimpeiro não. Também ninguém tomava gosto com eles. Naquele tempo, o povo era bondoso, se eu chegasse sem dinheiro, eles te davam comida e oferecia serviço lá no baixão. Chegava muita gente todo dia, eles vinham de caminhonete. Era mais povo do Maranhão, mas também tinha uns gaúchos. O negócio crescia ligeiro demais. Uma vez eu saí e fiquei dois meses fora, quando eu cheguei de volta, eu não conheci mais o lugar; já tinha barraco amontoado por tudo que era lugar. (Entrevista Francisco Silva, 2017)

O relato do senhor Francisco revela as vivências cotidianas típicas da atividade extrativista: falta de condições de habitação e da sobrevivência em geral; tudo era rudimentar, pois o imprevisto da vida humana teria menos importância do que a expectativa financeira de rápido sucesso que se almejava no garimpo. Um ponto que chama a atenção na fala do depoente é o paradoxo da sociabilidade: de um lado havia uma solidariedade das pessoas, sobretudo nas formas de se avizinhar e conseguir trabalhar; isso significa entender que os usos da terra se davam exclusivamente para a exploração extrativista, portanto, não havia dificuldade no acesso ao “chão de morar”. Por outro lado, a banalização da vida humana parecia ser a normalidade das vivências quando ele diz que se “topava com peão morto no meio da rua de terra solta”, mesmo que convivessem com os militares do 9º Batalhão de Engenharia e Construção, porque “eles andavam ali no meio dos barracos de dia e de noite, mas não se importava com garimpeiro não”. A narrativa também nos dá a conhecer o movimento migratório em torno do trabalho de extração do ouro quando fala dos “barracos amontoados” por todo lugar, que o levou a não reconhecer o povoado depois de somente dois meses de sua ausência.

Como já mencionado, a história da cidade de Peixoto de Azevedo está no contexto da colonização privada da década de 1970, quando o poder público decidiu se alinhar com a iniciativa privada para a exploração do solo amazônico. Em razão desse modelo de desenvolvimento, a abertura de grandes fazendas para atividades agropecuárias disputava os territórios com a mineração, conforme registro no fragmento a seguir:

Em 1979 a empresa e colonizadora Indeco, com seus jagunços e contando com o apoio da força policial e dos próprios colonos, expulsou de forma violenta e sangrenta mais de 15.000 garimpeiros da região de Paranaíta e Apicás. Muitos deles seguiram rumo à cidade de Itaituba, no Pará ou adentraram nas terras da fazenda Cachimbo. Querendo evitar o confronto e a violência com os garimpeiros, decidiu liberar para as

atividades de pesquisa e garimpagem as áreas onde não houvesse pastagens, mas mantendo sob seu controle a entrada dos garimpeiros e a saída do ouro. Outros se instalaram às margens do Rio Peixoto de Azevedo [...] Aqui também a colonizadora Coopercana querendo evitar um confronto direto com os garimpeiros fez “vista grossa” e permitiu sua permanência. Rapidamente esta “corruptela”, Peixoto de Azevedo, atrairia garimpeiros de outras localidades e em poucos anos tomaria vulto de uma cidade típica de garimpo (PRETI, 1993, p. 53).

A citação acima dá a conhecer os conflitos que se estabeleceram no interior de Mato Grosso, pautados pela fúria do enriquecimento rápido, o que se confirma na atitude de a Colonizadora “liberar para as atividades de pesquisa e garimpagem as áreas onde não houvesse pastagens, mas mantendo sob seu controle a entrada dos garimpeiros e a saída do ouro”. A violência que se estabeleceu nas áreas de ocupação recente incluiu o uso da força policial do Estado a serviço das empresas, ou seja, a ordem social era a implantada de acordo com os interesses privados.

Claudete Fonseca também chegou ao povoado na década de 1970. Ela e o esposo emigraram do Paraná. Claudete Fonseca, primeira professora de Peixoto de Azevedo, relembra como era o local quando chegou:

No ano de 1979, a população peixotense era relativamente pequena. Tinha apenas duas ou três ruas. Nesse período, as moradias eram barracos de pau cobertos de lona sem janelas ou piso. Era tudo muito rústico e simples, não cabia muitas coisas. Assim na maioria das vezes o que se trazia na mudança era guardado, sendo retirado para uso apenas o necessário. Não tinha o mínimo de conforto e havia poucas repartições. Um único cômodo servia de dormitório para toda família. Os barracos eram todos amontoados, muito próximos uns dos outros. Também não tinha a menor privacidade. Era possível ouvir o barulho de conversas e sentir o cheiro de comida que era preparada nos barracos vizinhos. Era muito comum também ouvir o barulho de uma mistura de músicas que vinha tanto dos botecos quanto dos cabarés que tinha ali por perto. Esse tipo de estabelecimento contava com energia de motores e geralmente funcionava dia e noite. Ouvia-se com muita frequência barulhos de tiros e isso tirava o sono de muita gente. Não era fácil viver ali. As crianças desconheciam as dores e os medos dos seus pais, brincavam e enturmavam-se rapidamente umas com as outras. O número de homens era bem maior que o de mulheres, pois muitos não se atreviam a trazer suas famílias para um lugar sem nenhum recurso. Saíam cedo para o garimpo, muitos voltavam à noite e outros passavam dias sem vir em casa. A mulher cuidava dos filhos e do serviço doméstico. Algumas mulheres lavavam roupas para as prostitutas ou trabalhavam como ambulantes na venda de alimentos prontos (Entrevista Claudete Fonseca, 2017).

Observamos que ao chegar no local, Claudete Fonseca se deparou com um lugar muito diferente do que estava acostumada, mas era necessário estar ali. Dessa forma, procurou se adaptar àquela realidade desafiadora, agregou novos

valores sociais e se habituou às vivências quase coletivas, enfrentou os riscos de prováveis enfermidades e o medo da violência armada, sobretudo quando se pensava na educação das crianças e no cotidiano do trabalho.

Um ponto marcante no depoimento é a observação do lugarejo ser um território masculino, o que é compreensível pelo fato de as atividades extrativistas seguirem essa divisão sexual do trabalho. Essa percepção se confirma também pela existência da prostituição tão intrínseca à região de garimpo.

A PRIMEIRA PROFESSORA DO POVOADO

Em Mato Grosso, durante o período de intensificação da migração, entre as propagandas das colonizadoras para atrair o migrante, estava a promessa de construir escolas. Muitas vezes essa promessa não era cumprida. Em Peixoto de Azevedo, por exemplo, a primeira escola pública foi construída pela própria comunidade. Antes, porém, houve outra escola, onde a primeira professora, Claudete Fonseca, que possuía a formação de magistério de segundo grau, dava aulas particulares para as crianças que chegavam diariamente. O senhor Edivaldo Barboza auxiliou Claudete Fonseca na compra de materiais básicos para que ela começasse lecionar em sua própria residência. Durante a entrevista, Claudete Fonseca relatou sobre o período da sua formação e a sua união com o esposo, que foi o motivo de sua vinda para a região:

Me formei no ensino magistério quando ainda era jovem lá no Paraná. Meu pai era bem de situação financeira e não queria que eu me casasse com meu marido. Mas eu resolvi casar contra a vontade dele mesmo. E naquele tempo a gente casava para viver e acompanhar o marido. Daí apareceu a oportunidade de sair do Paraná e nós viemos embora. Primeiro nós fomos para Juara, em 1977. Mas depois nós ouvimos falar desse lugar e o meu marido quis vir embora e eu tive que acompanhar. Mas eu não queria vir não! Lá em Juara eu lecionava na escola Oscar Freire, eu não queria largar o meu emprego e vir para um lugar que era puro mato e perigoso. A gente escutava falar que tinha muita puta [sic] e garimpeiro e dava muita morte. Eu fiquei com muito medo, mas tive que vir junto com ele e nossos filhos que era tudo pequenininho. Chegar até aqui foi muito difícil. O lugar era terrível, não tinha estrada, demorava muito para chegar. Perdi minhas coisas na mudança de tanto que a estrada era feia e foi uma loucura; eu queria voltar (Entrevista Claudete Fonseca, 2017).

As pessoas que chegavam à região eram influenciadas pelo trabalho no garimpo, e esse não era um trabalho fácil, principalmente para quem não tinha experiência, uma vez que o garimpo nem sempre garantia dinheiro suficiente para o

sustento da família. A Amazônia tinha enfermidades muito comuns, como, por exemplo, a malária, motivo de vários óbitos, e as condições de moradia eram muito precárias (Entrevista Claudete Fonseca, 2017).

A professora Claudete narrou que a sua casa era um barraco, cedido para morar com a família, lugar onde antes os mortos eram velados, então devia ser um local bem conhecido, pois a morte espreitava os garimpos e bares da cidade. Nesse barraco que Claudete Fonseca foi morar, lá também foi lecionar. Não deixa de ser curioso, um espaço que era utilizado para dar adeus a expoentes de uma geração, de repente se torna um local de reprodução social da nova geração (BOURDIEU, 2009), em um barraco⁷ que abrigou a primeira instituição escolar de Peixoto de Azevedo. Claudete rememora a situação:

Deram um barraco para a gente morar. Nesse barraco onde eu morava era o lugar que eles traziam os mortos do baixão e colocavam lá. Ficava lá até a hora de enterrar ou jogar no rio. Um dia eu estava lá e chegou dois. Chegou a caminhoneta com dois mortos querendo colocar no meu barraco e eu não deixei não. Eu falei: – é onde eu estou morando [fala em alto tom]; como é que vai colocar? Eu sei que foi uma confusão, mas não deixei entrar no barraco de jeito nenhum. Foi uma coisa terrível. (Entrevista Claudete Fonseca, 2017).

Nesse período Claudete conheceu um tenente que era do 9º BEC, quando da feitura da pavimentação do trecho da BR 163, e ele sugeriu a criação de uma escola particular:

Aí um dia eu estava no barraquinho. Eu morava num barraquinho. Aí chegou o tenente que hoje ele trabalha na Universidade Federal de Cuiabá. Eu esqueci o nome dele. Aí ele falou para mim, se eu queria trabalhar, que ele ia me ajudar a reunir as crianças para montar uma escola particular. Eu fiquei bem animada com a ideia de dar aulas, pois estava passando por muitas dificuldades financeiras; meu marido tinha ficado doente e eu precisava trabalhar. Eu também tinha dois filhos pequenos e eu não queria mudar de novo em tão pouco tempo (Entrevista Claudete Fonseca, 2017).

Mesmo motivada, Claudete não tinha condições de comprar o material necessário para equipar uma escola, muito menos de construir um edificação própria. O barraco onde ela morava de favor era pequeno demais e provavelmente não acomodaria todas as crianças. Em entrevista, Claudete Fonseca relata que procurou o “seu Godô”, um dos pioneiros do lugar que logo se tornou um líder

⁷ O “barraco” se localizava na Rua Coronel João Nascimento.

político, e contou sobre os planos que tinha de dar aulas particulares e da sua carência econômica:

Perguntei se ele podia me ajudar a comprar as coisas necessárias para montar uma escola. Ele se prontificou a me ajudar. Disse que eu podia ir arrumando o lugar que ele ia providenciar tudo o que fosse necessário para montar a escolinha. Eu fui para casa bem satisfeita. Quando entrei no barraco, fui logo procurando um jeito de arrumar o lugar para que coubesse as minhas coisas de casa e as da escola quando ficassem prontos. E isso logo aconteceu. Um dia eu estava lá no meu barraco e daí encostou uma caminhonete cheia: tinha banco, mesinha, quadro e um monte de coisas. Descarregaram tudo. Tive uma trabalhadeira enorme. Procurei acomodar aqueles bancos e mesas dentro do meu barraco. Foi difícil porque era bem apertadinho, não tinha nem piso e ficou tudo misturado com as minhas coisas. Não tinha como eu deixar um espaço reservado só para dar aulas. Eu não tinha dinheiro para fazer outro barraco então a solução era dar aulas ali mesmo naquele barraco. Enquanto eu terminava de organizar as coisas, o Tenente se encarregou de conversar com os pais das crianças e eu aqui ia conversando com as mães que moravam tudo ali pertinho. No total reunimos 31 crianças de várias idades. Tinha criança até com treze anos. Mas eu ia dar alfabetização para todas elas, porque elas não sabiam ler nem escrever (Entrevista Claudete Fonseca, 2017).

O nome da primeira escola particular de Peixoto de Azevedo era *Alegria de Aprender*. Em entrevista, Claudete Fonseca relatou que a escola começou a funcionar sem documentação:

Naquele tempo você podia fazer isso você podia começar a trabalhar sem documentação depois você legalizava. E também eu não legalizei antes porque era tudo muito demorado. Só para chegar em Cuiabá era mais de uma semana, as estradas eram um horror. E depois ainda tinha que abrir um processo de legalização. Era muito difícil e eu não tinha dinheiro também. Então eu deixei isso para depois, porque eu pensei que eu ia trabalhar muito tempo. Eu fazia questão de legalizar aquela escolinha, mas as coisas não saíram do jeito que eu esperava (Entrevista Claudete Fonseca, 2017).

A escola funcionou por cerca de seis meses. Claudete Fonseca relata que estipulou um preço razoável de forma que todos os pais tivessem condições de pagar as mensalidades, mas os pais pagavam do jeito que lhes pareciam melhor:

Alguns pais pagavam por semana e quinzena também. O pagamento era feito em ouro e em dinheiro, mas eu não lembro direito quanto eu cobrava. No começo deu tudo certo e a escola poderia progredir, porque era a única que tinha ali e todo mundo estava animado porque as crianças estavam estudando. [...] Eram muitas crianças conversando e o barulho era demais. Eu fazia o que eu podia para tentar ensinar aquelas crianças (Entrevista Claudete Fonseca, 2017).

A iniciativa da professora Claudete foi um sucesso, e o espaço vago na sala de aula ficava cada vez menor, não fosse a malária, que também chegou a “levar para o céu”⁸ algumas crianças da escolinha. Acontecimentos assim estremeceram o coração da professora:

Aumentou o número de crianças e eu não dava mais conta. E outra coisa os pais também não tinham muita condição de estar pagando as mensalidades do mesmo jeito. Porque no garimpo, uma hora tira muito ouro e outra hora não tira nada. Eu para trabalhar, eu precisava ganhar e eu não podia também trabalhar e não receber. E também morreu crianças que estudavam lá na minha escola. A malária matou muita criança, muita, muita mesmo, eu fiquei muito triste. E cada dia tinha uma coisa para me aborrecer; então eu falei que ia deixar de dar aula. Eu fiquei desmotivada. Depois eu também fiquei doente e tinha que ir embora para me tratar; então, eu resolvi fechar a escola porque não estava mais compensando (Entrevista Claudete Fonseca, 2017).

Com a extinção da Escola Alegria de Aprender, as crianças do povoado ficaram sem acesso à educação escolar, tendo em vista que no período aquela era a única escola do povoado.

A CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA ESCOLA EM PEIXOTO DE AZEVEDO

Na virada do ano de 1980, Claudete Fonseca retornou a Peixoto de Azevedo. Ela havia se ausentado por um breve período devido a um problema de saúde. Nessa época a comunidade estava procurando uma solução para as crianças que chegavam todos os dias e que estavam fora da escola. Claudete Fonseca relata que:

Quando eu voltei de Sinop todas as crianças ainda estavam sem estudar porque não tinha escola de tipo nenhum. Nem pública nem particular porque eu tinha fechado a minha e fui embora tratar da minha saúde. Era um monte de criança, chega dava dó. Tinha muito pai que se preocupava porque os filhos estavam fora da escola (Entrevista Claudete Fonseca, 2017).

Devido ao Estado oferecer pouca infraestrutura aos moradores do lugar, o próprio povo procurava uma maneira de resolver os seus problemas. Quem liderava a comunidade era Edivaldo Barbosa Ribeiro, “seu Godô”, pioneiro na cidade. Percebe-se, através de relatos, que ele era de um tipo polêmico. Para algumas pessoas ele era um coronel autoritário, uma pessoa que se autodeclarou líder; para outros ele era uma pessoa boa que queria o desenvolvimento do lugar e ajudava a

⁸ Expressão popular para se referir a casos de mortalidade infantil.

comunidade no que fosse possível. Edivaldo Barbosa Ribeiro era comerciante e exercia a atividade garimpeira como a maioria dos homens do local. Claudete Fonseca considerou Edivaldo Barbosa como alguém muito importante:

Ele sempre foi uma pessoa muito boa que ajudava a comunidade. Qualquer um que precisasse de alguma coisa, ele estava pronto para ajudar. E eu lembro que ele era muito interessado na educação. Fale quem quiser de seu Godô, mas para mim ele foi uma pessoa maravilhosa! Sempre me ajudou em tudo que eu precisei. Era um homem bom e sempre procurou ajudar a todos. Eu se fosse uma autoridade ainda ia fazer uma escola com o nome dele. Ele merecia uma homenagem dessas. Eu só tenho coisas boas para falar do “seu Godô” (Entrevista Claudete Fonseca, 2017).

A professora Fatima Santos admite que Edivaldo Barbosa Ribeiro havia interesses com os assuntos relacionados à comunidade, porém seu ponto de vista é diferente de Claudete Fonseca. Ambas acompanharam o processo de construção da escola, e também trabalharam juntas na escola comunitária. Sobre Edivaldo Barbosa Ribeiro, Fátima Santos relata: “Ainda estávamos no processo final da Ditadura Militar, portanto havia uma cumplicidade entre o poder público e os coronéis, por isso quem dava as ordens eram os mais influentes do lugar e claro o líder político deste distrito era Edivaldo Barbosa Ribeiro” (Entrevista Maria Santos, 2017).

Edivaldo Barbosa Ribeiro e a comunidade decidiram reunir esforços para a construção da escola, uma necessidade urgente. A construção do prédio da escola de Peixoto de Azevedo iniciou-se com um mutirão, em que a população participou ativamente. Claudete Fonseca relatou esse processo:

Depois que eu voltei de Sinop é que começaram a construir uma escolinha onde hoje é a praça. Então o seu Edivaldo Barbosa Ribeiro achou por bem construir a escolinha lá num terreno que era dele, lá pra cima. Tinha uns barraquinhos e umas poucas casas de madeira lá. Acho que eram comércios porque quando eu voltei de Sinop, já tinha crescido um bocado isso aqui. Ele fez a doação do terreno, mas sem o documento. Naquela época nada aqui tinha documento. Todos os pais ajudaram a construir. A escola foi feita toda de madeira velha (Entrevista Claudete Fonseca 2017).

A professora Maria de Fátima Santos se estabeleceu em Peixoto de Azevedo em 1980 e acompanhou o processo de construção da escola. Assim, ela relata a participação da comunidade:

A Escola propriamente dita foi construída no centro onde hoje é a praça [...] A escola foi construída em mutirão de pais. O terreno era de propriedade do senhor Godô e ele como principal interessado doou o terreno e participou

ativamente de arrecadação de materiais bem como da construção da escola. Uns doavam materiais outros se disponibilizavam para trabalhar e algumas mulheres levavam lanches. Houve alguns imprevistos durante a construção. Naquela época, a malária era uma doença muito comum e vários trabalhadores adoeciam ao mesmo tempo. Acontecia também de marcarem uma data para se reunirem para trabalhar e não comparecerem pessoas suficientes. E ainda aconteceu também de ter trabalhadores e não ter materiais. Mas mesmo assim conseguiram terminar aquela construção porque era bem simples. (Entrevista Maria Santos, 2017).

Entende-se que essa escola foi planejada como um meio de estimular a permanência das famílias em Peixoto de Azevedo, um motivo para continuar a vida com a família unida em um lugar que pouco tinha a oferecer em termos de infraestrutura: “muitos homens vinham sozinhos, mas [com] o primeiro dinheiro que pegavam [iam buscar] a família” (Entrevista Francisco Silva, 2017).

Porém havia também homens que preferiam não pôr a vida da família em risco. Esses vinham sozinhos, trabalhavam uma temporada e depois partiam para ver a família, para logo em seguida retornarem novamente ao garimpo.

Tinha poucas famílias enquanto o garimpo predominava. Às vezes o pai vinha para o garimpo e a mãe ficava na sua cidade cuidando da educação dos filhos. Eram poucos os que se aventuravam trazendo a família toda para sofrer malária e as más condições numa corruptela de garimpo (Entrevista Maria Santos, 2017).

A escola foi pensada para suprir o déficit educacional existente no momento da construção, mas o número de alunos era crescente. A construção era modesta, resultado dos esforços espontâneos da população:

Quando terminou a construção, a escola parecia um barracão. Era um barracão, não era muito grande, acho que devia ser uns 8 por 8, não sei. Eu sei que era tudo feito de madeira bruta, umas tábuas velhas. A escola era tudo feita de madeira velha, não tinha uma peça que não era de madeira velha. Levantaram quatro salas e aquilo ali ia servir de escola (Entrevista Claudete Fonseca, 2017).

O nome dado à escola nessa ocasião foi *Arcanja Barbosa Ribeiro*, uma forma de homenagear a mãe do “seu Godô”. Inicialmente a escola oferecia o ensino de primeiro grau e funcionava de forma improvisada e informal. Devido à urgência dos pais em ver os filhos estudando, a questão da documentação da escola ficou em segundo plano, mas a população auxiliava a escola. Maria de Fátima Santos relata como foi o período inicial da escola, erguida pela comunidade:

[...] fizemos as matrículas em papel almaço doado pelos comerciantes, o material de limpeza também era doado e cada professor varria a sua sala. Não tinha lanche nem banheiro. Depois de alguns meses [...] alguns pais se ofereciam para ajudar na limpeza, na merenda que também era doada e as mulheres cozinhavam a céu aberto para alimentar os alunos. Lembro bem de dona Neuza da Silva Santos, foi uma das nossas merendeiras voluntárias (Entrevista Maria Santos 2017).

Os professores também eram pessoas “voluntárias”; algumas apenas sabiam ler e escrever. Maria de Fátima Santos relata que não havia professores habilitados nessa época:

Ah! Não havia professores. Eu não era professora, era lavadeira! [risos] O que tínhamos eram apenas pessoas que queriam colaborar. A professora Tereza Mhor Matias era a única que tinha o Ensino Médio [magistério], então ela foi a primeira diretora da Escola Arcanja Barbosa Ribeiro. (Entrevista Maria Santos, 2017).

No dizer da entrevistada, o cotidiano na escola comunitária apresentava conflitos e adversidades, pois o espaço era pequeno, os professores não tinham experiência e não houve tempo de se pensar em uma medida eficiente para que pudesse se desenvolver um bom trabalho. O trabalho do professor na escola comunitária era tentar ensinar o aluno ler e escrever. Cada professor buscava uma didática própria para ensinar:

As poucas salas de aula eram lotadas. A maioria dos alunos que frequentavam a escola eram filhos dos compradores de ouro, dos comerciantes, dos garimpeiros mais poderosos, dos farmacêuticos e assim por diante, e os nossos filhos, que viviam a penúria junto conosco. Nessa época não havia preconceito dos pais ou dos alunos. A maioria vinha do Maranhão e do Pará, mas também tinha uns gaúchos. A maioria das crianças se dava bem, tanto na sala de aula como no pátio. Havia os alunos de famílias mais abastadas que levavam dinheiro e lanche, coisas diferentes, mas até dividiam com os colegas. Era uma comunidade mesmo. Mas todo dia chegava gente de outros lugares e trazia os filhos para a escola (Entrevista Maria Santos, 2017).

Observamos que durante todo esse período Edivaldo Barbosa Ribeiro sempre esteve à frente dos assuntos relacionados à escola. Na verdade, era ele quem dava as ordens. Ele também contratava os professores e se responsabilizava pelo pagamento dos honorários:

Nessa época o seu Godô é quem contratava os “professores”. Bastava saber ler e escrever, estar disposto a trabalhar sem ter data certa para receber e apresentar os documentos pessoais [certidão de nascimento, título de eleitor e

carteira de trabalho] que já era contratado. Bastava querer ser professor e se encaixar nas propostas do contratante (Entrevista Maria Santos, 2017).

Até esse momento o pequeno povoado de Peixoto de Azevedo pertencia ao município de Chapada dos Guimarães; desse modo, alguns comerciantes e também pessoas influentes desejavam ver o desenvolvimento daquele lugar e formaram uma comissão pró-emancipação⁹. Romilda Araújo, João Amaro, Joaquim Fernandes dos Santos Filho, Djalma Viana, Atílio Neves e José de Oliveira, dentre outros, conseguiram com muito sacrifício e esforços elevar o povoado à condição de distrito, vinculado ao município de Colíder, na data de 16 de dezembro de 1981, através da lei estadual nº 4.389, sancionada pelo então governador do Estado, Frederico Soares Campos.

A instalação oficial do Distrito somente aconteceu na data de 15 de fevereiro de 1982. Nesta data houve uma grande solenidade festiva, em que renomadas autoridades políticas e judiciárias de Mato Grosso se fizeram presentes. Com isso, o núcleo urbano teve um crescimento fantástico, fazendo com que todos lutassem pela criação imediata de um município. O deputado Roberto Cruz não mediu esforços e elaborou um projeto de emancipação de Peixoto de Azevedo.

Após a instalação oficial do Distrito, a *Escola Arcanja Barbosa Ribeiro* passou a ser administrada pelo município de Colíder, funcionando como uma extensão da *Escola Estadual Dr. Louremberg Nunes Rocha*, localizada no município de Colíder. Esta escola foi autorizada a oferecer o ensino de 1ª a 4ª séries, no ano de 1977, quando as terras colidenses ainda se chamavam Gleba Cafezal, pertencente ao município de Chapada dos Guimarães¹⁰. Desse período, em que a escola ensaiou estar submetida à Secretaria Estadual de Educação, Maria de Fátima Santos relata:

Bem, enquanto a escola era mantida pelo município de Colíder, seu Godô levava os pseudo professores até a Prefeitura que os contratava e os pagamentos eram efetuados através do seu Godô ou da diretora. Isso foi até o final de 1982, depois seu Godô perdeu sua força política (Entrevista Maria Santos, 2017).

9 Disponível em:< <http://www.peixotodeazevedo.mt.gov.br/Nossa-Cidade/Historia-do-Municipio>>. Acesso em 10 de junho 2017.

¹⁰ Atas das Reuniões do Pleno do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso [oitava reunião]. Cuiabá, 30 de maio de 1977. Arquivo do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, Cuiabá-MT.

Deve-se observar que houve dificuldades para obter informações sobre o período em que a escola foi dirigida por Edivaldo Barbosa, o “seu Godô”. Nos arquivos, os documentos encontrados são a partir da institucionalização da escola, no ano de 1983.

Um possível incêndio criminoso teria destruído todos os registros, no intuito de apagar a memória da escola construída pela comunidade. Deve-se deixar bem claro que há um incômodo nas entrevistas quando o assunto é a Escola Arcanja, pois, segundo relatos de Arcildo Passarin: “Me chamaram na Polícia Federal, inventaram um incêndio, disseram que eu tinha colocado fogo na escola, mas era tudo mentira porque quando eu cheguei na escola já não tinha nada de documentos com o nome antigo da escola” (Entrevista Arcildo Passarin, 2017).

Ainda no ano de 1982, surgiu outra escola na região, uma escola particular confessional. Assim, os pais que não estavam satisfeitos com o ensino na escola comunitária, e que tivessem condições financeiras, teriam oportunidade de proporcionar um ensino mais eficiente aos filhos. Maria de Fátima Santos relata que o

Educandário Betel era uma Escola “Religiosa”: Seu representante era um senhor que se autoproclamava padre de nome Damião Medeiros, trouxe consigo um escudeiro que se chamava João... e mais alguns garotos. Abriu esta escola e contratou algumas pessoas com o mesmo critério. O Educandário era uma espécie de internato onde ele, o jovem professor João e os garotos viviam. A Escola era situada na rua do Comércio ali próximo a Faculdade [NEAD] e o Internato, ou seja, onde eles residiam, era na margem direita da BR 163, onde hoje é a Casa dos Parafusos. Esse “padre” fugiu com os cheques de pagamento dos professores e com um carro de seu Godô, logo que a Polícia Federal chegou a Peixoto. Seus alunos foram para a Escola Arcanja Barbosa Ribeiro e seus professores também. Eu trabalhava um período na escola dele e outro na escola Arcanja. O educandário funcionava na informalidade pois não tinha nenhuma documentação (Entrevista Maria Santos, 2017).

Até o ano de 1982, Antônio Agostini Barbiero administrava Colíder, e o mesmo fora nomeado pelo governo. Porém, a partir de 1983, quando João Guedes torna-se prefeito de Colíder, ele não se compromete com a Escola Arcanja, tendo em vista que Edivaldo Barbosa Ribeiro apoiava o candidato da oposição. Dessa forma, a escola volta a ser responsabilidade do distrito. A comunidade tentou mais uma vez manter a escola funcionando apesar das dificuldades. O número de crianças tinha aumentado e a estrutura da escola permanecia do mesmo jeito. Os professores trabalharam muitos meses sem receber e os pais contribuíam ajudando na limpeza e

doando alimentos para a merenda. Depois de algum tempo, algumas pessoas se mobilizaram na tentativa de resolver a situação: a melhor alternativa era a institucionalização da escola, que passaria a funcionar de acordo com as regras do estado de Mato Grosso e mantida por ele. E assim se organizaram para dar início a esse processo. Os professores somente receberam seus salários após a escola ser efetivamente estadualizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação em Peixoto de Azevedo foi uma necessidade sentida pela sociedade extrativista de Peixoto de Azevedo. A implantação da primeira escola pública ocorreu devido ao empenho da comunidade que participou ativamente do processo de construção em sistema de mutirão, onde foi doado o terreno, os materiais e o próprio trabalho. A escola foi construída sem poder planejar o crescimento do público; o prédio era improvisado, e os professores não possuíam formação em nível superior, no máximo o magistério secundário.

Observa-se que a escola se manteve com a mesma estrutura física após a institucionalização. Com grande o número de crianças que chegaram nos anos seguintes, a situação de improviso gerou mais problemas no cotidiano escolar, o espaço que já era pequeno, tornou-se insuficiente para tantos alunos. Por outro lado, não fosse o interesse dessa mesma comunidade, o analfabetismo teria sido ainda mais latente na nova geração que ali tentava a sorte, tal como os seus pais.

Portanto, essa é apenas uma parte da história da educação escolar de Peixoto de Azevedo. Mais pesquisas precisariam ser desenvolvidas para elucidar o processo de expansão escolar. Os desafios são muitos, desde os aspectos de financiamento, a uma melhor receptividade do pesquisador, que também precisa, nesse tipo de trabalho, convencer as pessoas da comunidade escolar do presente e as do passado sobre o valor simbólico da pesquisa e dos trabalhos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

BARROZO, João Carlos. *Mato Grosso do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: Editora UFMT; Carlini & Caniato Editorial, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

CASTRO, Sueli Pereira. Pac: Política de assentamento na fronteira agrícola ao norte do Estado de Mato Grosso. In. *Cadernos do NERU / Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – ICHS – UMFT*. n.º 1. Cuiabá, Editora UFMT, 1993.

PRETI, Oreste. Terra, Ouro e Sangue em Guarantã do Norte: 20 anos de luta pela terra. In. *Cadernos do NERU/Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – ICHS – UMFT*. n.º 1. Cuiabá, Editora UFMT, 1993.

ROHDEN, Josiane Brolo. *A reinvenção da escola: histórias, memórias e prática educativas no período colonizatório de Sinop-MT (1973-1979)*. Cuiabá: Editora UFMT, 2016.

SOUZA, Edison Antônio de. *O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso*. Cuiabá: Editora UFMT, 2013.

Fontes Orais (entrevistas)

Arcildo Antônio Passarin. Produção: Eliamar Ferreira de Amorim Folle. Cidade: Peixoto de Azevedo-MT. Junho de 2017. 1h 50min (áudio digital).

Claudete Fonseca. Produção: Eliamar Ferreira de Amorim Folle. Cidade: Peixoto de Azevedo-MT. Maio de 2017. 1h (áudio digital).

Francisco Lopes da Silva. Produção: Eliamar Ferreira de Amorim Folle. Cidade: Peixoto de Azevedo-MT. Maio de 2017. 1h 10min (áudio digital).

Maria de Fátima Silva Santos. Produção: Eliamar Ferreira de Amorim Folle. Cidade: Peixoto de Azevedo-MT. Março de 2017 (áudio digital).

Recebido em: 10/08/2019

Aprovado em: 11/11/2019